



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXIX | Nº 1314 | de 01 a 15/09/2013

Melhoria das condições de trabalho na Repar #sqn



Repar instala beliches no interior de suas instalações. Tudo para melhorar as condições dos trabalhadores em cárcere privado e do seu contingente pelego.

Para frustrar greves, a Petrobrás não hesita em colocar trabalhadores em cárcere privado. O turno que fica preso é obrigado a cumprir jornadas desumanas, que chegaram a 72 horas durante a greve de 2009. Sensível às condições dos petroleiros que são obrigados a permanecerem nesta situação, a Repar inovou e estendeu os "benefícios". A partir de agora é ordem: ninguém mais dorme no chão! Vários beliches foram instalados no prédio dos empreendimentos, conhecido como "agazão", que está sendo desmobilizado em função do término das obras de ampliação da refinaria.

A empresa agiu rápido, até porque a categoria está em campanha reivindicatória. O planejamento estratégico para situações de greve e mobilização é tão "jênial" quanto premiar Barack Obama com o título de Nobel da Paz.

Esquecem os "jêniais gestores" que a ação que condenou a empresa por jornada abusiva durante a greve de 2009 também prevê multa em caso de reincidência.

#sqn = só que não!

➔ **CONTINGENTE**

Imbróglgio efetivo!

Empresa utiliza estudo de consultoria internacional para justificar o efetivo atual, mas não explica critérios, tampouco leva em consideração as situações de emergência

O embate sobre a recomposição do efetivo de trabalhadores próprios da Repar saiu da esfera local e foi parar no alto escalão da empresa. No dia 29 de agosto, dirigentes do Sindipetro Paraná e Santa Catarina foram até o Rio de Janeiro para tratar do tema com o Abastecimento da Petrobrás.

Os representantes da empresa fizeram a apresentação de um gráfico que analisou setor por setor da Repar, onde comparavam o efetivo atual com um estudo da *Solomon Associates: Energy Consulting - Oil & Gas Consultants*, empresa que analisa indicadores de refinarias da América do Norte e América Latina para determinar e a competitividade em custo, rentabilidade, manutenção e energia. Em outras palavras, faz consultoria para que se obtenha a maior produtividade ao menor custo, a qualquer preço não monetário.

O confronto dos números, obviamente, não apenas

apontou que o efetivo da Repar está “adequado”, como há excedente de trabalhadores. O estudo da *Solomon*, encomendado e produzido para atender apenas aos interesses mercadológicos, foi alvo de uma série de questionamentos por parte dos dirigentes do sindicato, mas a maioria teve respostas evasivas e nada convincentes.

O primeiro ponto abordado foi em relação ao peso que a *Solomon* dava em relação às situações de emergência. Como era de se esperar, a consultoria não leva em consideração esse tipo de ocorrência. Também foi perguntado se o estudo levava em conta a sobrelotação de 20% necessária para cobrir afastamentos, férias e treinamentos. A resposta foi contundente: não!

Os sindicalistas ainda perguntaram para a Petrobrás sobre quais as refinarias que foram analisadas. A companhia afirmou que a *Solomon* não fornece este tipo de



Como é que é?

A “pérola” da reunião ficou por conta da conclusão de que a preocupação da consultoria é colocar o menor número de trabalhadores expostos ao risco. Lógico! Se tudo for aos ares, menos mortes, mas muito mais chances disso realmente acontecer.

informação.

A “pérola” da reunião ficou por conta da conclusão de que a preocupação da consultoria é colocar o menor número de trabalhadores expostos ao risco. Lógico! Se tudo for aos ares, menos mortes, mas muito mais chances disso realmente acontecer.

Com o impasse concretizado e o bode devidamente alocado na sala, o Abast propôs que as negociações sobre o efetivo fossem retomadas em âmbito local. O

Sindicato disse que aceitaria mediante o compromisso de ao menos manter o efetivo atual. A empresa ficou de dar uma resposta posteriormente, mas até agora nada. Cabe

lembrar que desde o início do processo de liberações para a Fábrica de Fertilizantes de Três Lagoas, 18 petroleiros da Repar já foram transferidos.

Solução via ACT?

Na última reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a FUP cobrou a solução para o efetivo da Repar. A Petrobrás, por sua vez, assumiu o compromisso de apresentar uma proposta.

O efetivo e o vazamento no rio Iguaçu

Muitos podem não se recordar, mas a cláusula que garante o fórum corporativo para discussão do efetivo de trabalhadores (nº 93) foi fruto do acidente que levou ao vazamento de 4 milhões de litros de petróleo de um duto da Repar, em Araucária, que se espalharam pelos rios Barigui e Iguaçu até as proximidades do município de Balsa Nova, mais de 40 km leito abaixo, ocorrido no ano 2000.

A comissão mista nomeada para analisar o acidente, composta por diversas entidades da sociedade civil, inclusive o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), recomendou que a Petrobrás estabelecesse processo de negociação para discussão de todos os aspectos relacionados à segurança, inclusive o aumento dos efetivos.

A primeira unidade da Petrobrás a ser beneficiada pela cláusula foi a Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá-SP. Posteriormente, o estudo do efetivo foi aplicado na Repar.

NA REUNIÃO DO EFETIVO...



Agenda Sindical

Setembro

- 10 - Reunião com a Gerência de Oleodutos.
- 11 - Reunião sobre a pauta local da Repar.
- 13 - Apresentação do monitoramento do laboratório da Repar.
- 13 a 15 - Encontro da Juventude da FUP.
- 21 - Seminário da FUP sobre campos terrestres.

Outubro

- 04 - Dia de luta contra à exposição ao benzeno.

➔ CAMPANHA REIVINDICATÓRIA

Conforme reivindicação da FUP, Petrobrás confirma antecipação da inflação

A Petrobrás enviou um ofício à Federação Única dos Petroleiros no último dia 29 confirmando a antecipação da inflação, conforme o pleito aprovado pelos trabalhadores na IV Plenafup e encaminhado pela direção da FUP durante a entrega da pauta da categoria, no dia 06 de agosto. A resposta positiva veio após a cobrança de um posicionamento da empresa em relação a esta

reivindicação, durante o fechamento da primeira rodada de debates sobre o ACT/2013 com a empresa, no dia 28/08.

Conforme a carta da Petrobrás, a antecipação da inflação será feita de com base no IPCA acumulado no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, com estimativa do reajuste de 6,15%, a ser confirmado no dia 1º de setembro, pelo Dieese. A direção da FUP irá

avaliar o termo proposto pela Petrobrás.

A data da resposta da empresa sobre os demais pontos da pauta dos trabalhadores estava fixada para o dia 02 de setembro, mas até agora a Petrobrás não se posicionou. No dia 11 de setembro será realizada uma reunião para tratar das cobranças da FUP em relação ao regramento das PLR's futuras.



“Leilão é privatização! O petróleo é nosso e não abrimos mão”

Sob o comando da FUP e do MAB, milhares marcham na Av. Paulista em defesa da soberania e contra os leilões do petróleo. Sindipetro PR e SC enviou caravana ao ato

Milhares de pessoas ocuparam a avenida Paulista no dia 05 de setembro durante o Ato Nacional em Defesa da Soberania e Contra os Leilões de Petróleo, convocado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com a participação da CUT, MST, CGTB e inúmeras entidades dos movimentos sociais.

Entoando “Leilão é privatização! O petróleo é nosso e não abrimos mão”, manifestantes de 17 Estados brasileiros destacaram a relevância do campo de Libra, o mais valioso reservatório do pré-sal para o desenvolvimento nacional, e a importância do governo Dilma honrar o compromisso assumido durante a última campanha eleitoral e não privatizar. Com estimativa de 15 bilhões de barris de óleo de qualidade comprovada, o campo descoberto a partir de um investimento de R\$ 200 milhões, pela Petrobrás, está situado na Bacia de Santos, possui 1.458 quilômetros quadrados, em águas com profundidade entre 1,7 mil e 2,4 mil metros sob o nível do mar. Conforme projeções, a produção diária de Libra será



de pelo menos um milhão de barris, o equivalente à metade do que o país extrai atualmente. Como este é um bem cada vez mais finito, a estimativa é que o valor do campo supere US\$ 1 trilhão.

Segundo explicou o coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina, Silvaney Bernardi, o leilão marcado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o final de outubro será o primeiro sob o regime de partilha de produção, mas a nova Lei do Petróleo (12.351/2010) permite que a União celebre o contrato de exploração do campo de Libra diretamente com a Petrobrás, sem colo-

cá-lo em licitação.

Com petroleiros de Paranaguá, São Mateus do Sul, Araucária e Curitiba, a delegação do Sindipetro PR e SC foi uma das primeiras a desembarcar em São Paulo, portando faixas e bonecos gigantes, representando a multinacional Chevron e denunciando o cartel estrangeiro. “A FUP e os movimentos sociais exigem que Libra fique integralmente com a Petrobrás e não apenas 30% dele, como prevê o regime de partilha e é a vontade da ANP. Condenamos a realização do leilão e estamos nas ruas para impedir esse enorme crime de lesa pátria”, enfatizou Silvaney.

Coletivo Nacional de Petroleiras da FUP leva reivindicações à Graça Foster

O Coletivo Nacional de Petroleiras da FUP reuniu-se no dia 03 de setembro com a presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, para apresentar as principais reivindicações relacionadas à saúde de trabalhadores e trabalhadoras, combate aos assédios moral e sexual e demais violências contra a mulher e preservação familiar. A reunião contou com a participação de dirigentes da FUP e de assessores da presidenta.



Graça Foster se mostrou receptiva às reivindicações e se reconheceu em muitos dos temas abordados, citando exemplos vivenciados ao longo de sua carreira. O Coletivo de Petroleiras e os dirigentes da FUP ressaltaram que a melhoria das condições de trabalho e saúde da mulher é bandeira da campanha reivindicatória e cobraram empenho da direção da Petrobrás para que as negociações avancem no atendimento destas e das demais reivindicações dos trabalhadores.

A reunião da presidenta da Petrobrás com o Coletivo foi um compromisso assumido pessoalmente por ela durante o I Encontro Nacional de Petroleiras Fupistas, em abril deste ano, que contou com a presença de trabalhadoras de vários estados do país.

Principais reivindicações apresentadas:

- Ampliação do benefício creche e do Programa de Assistência Especial (PAE).
- Implementação do Programa de Atendimento e Suporte aos Pacientes Idosos.
- Avanços nas licenças maternidade, paternidade e de adoção.
- Abono das horas relativas às consultas médicas e também ao acompanhamento de idosos e dependentes aos serviços de saúde.
- Preservação das necessidades familiares na mobilidade interna dos trabalhadores.
- Instalações de banheiros, vestiários, dormitórios e outras instalações específicas para as mulheres em todas as unidades do Sistema Petrobrás, independentemente, da presença ou não de trabalhadoras na área.
- Adequação de uniformes e EPIs para uso exclusivo feminino.
- Inclusão de densitometria óssea nos exames periódicos.
- Garantia do direito à amamentação por tempo indeterminado, fora do ambiente insalubre, sem prejuízos financeiros à trabalhadora, bem como a criação de salas apropriadas para a coleta do leite materno.
- Medidas de prevenção, combate e tratamento dos trabalhadores vítimas de assédio moral, através da inclusão de palestras sobre o tema para todos os trabalhadores e especificamente para as chefias e gerências; implantação de um canal de denúncias e de uma comissão paritária para investigação e tratamento dos casos denunciados; registro em CAT e acompanhamento psicológico das vítimas de assédio.
- Combate ao assédio sexual e à violência contra a mulher.

Para finalizar as representantes do Coletivo apontaram a necessidade do cumprimento das ações previstas no Selo de Pró Equidade de Gênero e Raça, da qual a Petrobrás é signatária, e cobraram participação no Comitê que integra o programa. A presidenta da empresa se comprometeu em buscar informações e se empenhar pessoalmente para atender à demanda.

→ TERCEIRIZAÇÕES

Trabalhadores unem forças no Dia Nacional de Luta Contra o PL 4330

Categorias organizadas realizaram manifestações contra o projeto de lei que escancara as terceirizações e precariza as relações de trabalho

Petroleiros, petroquímicos e trabalhadores da montagem e manutenção industrial atenderam à convocação da CUT e demais centrais sindicais e fizeram um grande ato unificado na manhã de 30 de agosto, Dia Nacional de Luta Contra o PL 4330, em Araucária. Cerca de três mil trabalhadores participaram do movimento.

Na Repar ocorreu atraso de duas horas na entrada do turno e do horário administrativo. A manifestação terminou com duas passeatas, uma no trecho de acesso ao PV-1 da Refinaria e outra na rua da Fafen e PV-5.

Em São Mateus do Sul, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina uniu forças com a APP-Sindicato. Petroleiros e professores da rede pública estadual fizeram uma passeata

pelo centro da cidade. O 30 de agosto é uma data histórica para os professores. Há 25 anos um protesto da categoria por melhores salários e condições de trabalho foi duramente reprimido pelo governo Álvaro Dias, que hoje é senador pelo PSDB. Bombas de efeito moral e a cavalaria foram utilizadas contra os professores. Dezenas de pessoas ficaram gravemente feridas. Desde então o 30 de agosto é lembrado como Dia de Luto e Luta dos Trabalhadores em Educação do Paraná.

Ameaça aos direitos trabalhistas

Sob o pretexto de regulamentar o trabalho terceirizado no Brasil, está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC) o Pro-

jecto de Lei (PL) Nº 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), com substitutivo apresentado pelo deputado Artur Maia (PMDB-BA), que, se aprovado, irá regular a terceirização no país de acordo com os interesses dos patrões, precarizando ainda mais as relações de trabalho e acabando com direitos trabalhistas históricos.

Além de não resolver nenhum dos problemas atuais dos mais de 10 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil, como os calotes, condições precárias de trabalho, entre outros, o Projeto de Lei 4330 traz para os demais 45 milhões de trabalhadores o risco iminente de se tornarem prestadores de serviços eventuais. Isso porque o principal motivo da terceirização é a redução dos custos com pessoal. Para os terceirizados, significa ainda mais precarização das suas condições de trabalho.

Pressão da CUT valeu audiência pública Em reunião no dia 04 de agosto, que contou com participação da CUT, o presidente da Câmara Federal, deputado

Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), assumiu o compromisso de não colocar em votação o Projeto de Lei 4330/04, enquanto o tema não for amplamente discutido. Durante o encontro em Brasília, o parlamentar afirmou que só discutirá a votação do PL ou qualquer requerimento de urgência após a realização de uma comissão geral, espécie de audiência pública que ocorre no plenário da Câmara, ainda sem data definida para acontecer.

O debate terá a participação de trabalhadores, empregadores e instituições de Direito, como o Ministério Público e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e será organizado pelo presidente da CCJC, deputado Décio Lima (PT-SC).

O anúncio da comissão geral foi fruto das mobilizações da CUT em Brasília. No dia 03/08, uma manifestação

pacífica da Central, com cerca de três mil pessoas, foi recebida pelas polícias legislativa, militar e o batalhão de choque com spray de pimenta, arma de choque e cassetetes. Dezenas de trabalhadores foram agredidos e alguns tiveram ferimentos

leves. Os militantes não se intimidaram e voltaram ao Congresso no dia seguinte (04), quando foi divulgada a realização da audiência pública.

Porque lutar contra o PL 4330 - De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Com informações da CUT



ARAUCÁRIA Cerca de três mil petroleiros e petroquímicos, próprios e terceirizados, participaram da paralisação de duas horas no dia 30/08



VIOLÊNCIA Polícia do Legislativo agrediu trabalhadores



SÃO MATEUS Petroleiros e professores da rede pública estadual fizeram uma marcha pelas ruas do centro da cidade

